

DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO NO CRAS DE CAMETÁ: UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CRIANÇAS E FAMÍLIAS

Biatriz de Nazaré Moraes de Barros¹

João Carlos dos Santos Pinto²

¹Graduanda em pedagogia pela UFPA, Campus/Cametá, Pará, Brasil,
biatrizbarros729@gmail.com

²graduando em pedagogia pela UFPA, Campus/Cametá, Pará, Brasil,
joaocarlosd150@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a atuação do pedagogo no âmbito da Assistência Social, com ênfase no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, destacando suas contribuições para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais vivenciadas por crianças, adolescentes, idosos e famílias. Parte-se do pressuposto de que a formação pedagógica não se restringe ao espaço escolar, estendendo-se também aos contextos educativos não formais, nos quais o pedagogo exerce papel fundamental na mediação de práticas socioeducativas e no fortalecimento de vínculos comunitários. A pesquisa desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa, organizada em duas etapas: a primeira consistiu em uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Caliman (2014), Gadotti (2005), Freire (2000, 2002, 2007) e Machado (2008), a segunda correspondeu a uma pesquisa de campo realizada com uma pedagoga atuante em um CRAS do município de Cametá/PA, por meio da aplicação de questionário. Os resultados evidenciam que o pedagogo atua como agente articulador de ações educativas, contribuindo para a garantia de direitos, a promoção da cidadania e a prevenção de situações de risco social. Contudo, identificam-se desafios relacionados à falta de formação continuada e de suporte institucional, o que impacta diretamente a efetividade das práticas desenvolvidas. Conclui-se que a presença do pedagogo no CRAS é indispensável para a consolidação da política de Assistência Social, exigindo maior valorização profissional e investimentos em capacitação.

Palavras-chave: Pedagogo. CRAS. Assistência Social. Educação não formal.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, impulsionada pelas transformações sociais e às novas demandas impostas à educação, a atuação do pedagogo tem ultrapassado os limites da educação formal, expandindo-se para diferentes contextos educativos não escolares (Libâneo, 2005). Esse movimento está diretamente relacionado a promoção da cidadania, na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades sociais (Gadotti, 2005).

Nesse contexto, os espaços educativos não formais, como organizações sociais, associações comunitárias e equipamentos públicos da política de Assistência Social, configuram-se como ambientes de aprendizagem e intervenção socioeducativa. Nesses contextos, o pedagogo atua de forma integrada às equipes multiprofissionais, desenvolvendo ações que visam ao

fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, à prevenção de situações de risco social e à promoção da autonomia dos sujeitos atendidos.

É nesse cenário que a Assistência Social se consolida como campo relevante de atuação pedagógica, especialmente no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamento da Proteção Social Básica integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CRAS tem como finalidade fortalecer vínculos e prevenir situações de vulnerabilidade social, por meio de ações socioeducativas e do acompanhamento familiar. A Resolução nº 17/2011 reconhece o pedagogo como integrante da equipe de referência, legitimando sua presença nesse espaço institucional.

Motivação para o desenvolvimento da pesquisa se dá pela necessidade de compreendermos a atuação do pedagogo no CRAS, suas intervenções, dificuldades e impactos no desenvolvimento social de crianças e famílias. Buscando contribuir tanto para o fortalecimento da prática pedagógica na assistência social quanto para a ampliação do debate acerca da atuação do pedagogo para além do ambiente escolar. Diante desse contexto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a atuação do pedagogo no CRAS se materializa na realidade local do município de Cametá/PA, considerando tanto suas contribuições para o desenvolvimento social de crianças e famílias, quanto os desafios estruturais e formativos enfrentados no cotidiano profissional.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida em duas etapas: inicialmente, realizou-se revisão bibliográfica com base em autores que discutem Pedagogia Social e educação não formal, como Caliman (2014), Gadotti (2005), Freire (2000; 2002; 2005) e Machado (2008); posteriormente, foi realizada pesquisa de campo por meio da aplicação de questionário a uma pedagoga atuante em uma unidade do CRAS no município de Cametá/PA.

O objetivo deste artigo é analisar a atuação do pedagogo no CRAS de Cametá, identificando suas contribuições para o desenvolvimento social de crianças e famílias, bem como problematizando os desafios relacionados à formação continuada, às condições de trabalho e ao suporte institucional no âmbito da Assistência Social.

CONTEXTUALIZANDO A PEDAGOGIA SOCIAL

O termo pedagogia social tem sua procedência alemã e foi aplicado primeiramente por K. F. Magwer (1844) na “Padagogische Revue”, e posteriormente pelo pedagogo A. Diesterweg (1850), e mais tarde com o filósofo Paul Natorp (1898), que se tornou o criador desse ensino, onde o mesmo sintetizou e fundamentou a primeira obra sobre pedagogia social, que se intitula

“Pedagogia Social: Teoria da Educação e da vontade sobre a base da comunidade”, onde vem abordando a contraposição do egocentrismo naquele tempo (Caliman, 2014).

De acordo com Caliman (2014), a Pedagogia Social consolida-se na segunda metade do século XIX, em um contexto marcado pelas transformações decorrentes da Revolução Industrial e pelas intensas mudanças políticas e sociais na Europa. Esse período foi caracterizado pelo agravamento das desigualdades sociais, pelo aumento da pobreza e pela exclusão de amplas parcelas da população, gerando demandas por intervenções educativas voltadas às classes desfavorecidas. Assim, a Pedagogia Social surge como uma resposta às problemáticas sociais da época, propondo metodologias de intervenção que buscavam enfrentar situações de marginalização, desemprego, abandono e desproteção social.

O conceito de Pedagogia Social se expandiu atrelando a educação fora do âmbito da escola e da família, sendo entendida como uma tarefa educativa social e estatal em que suas experiências vão além do contexto familiar e escolar. Faz-se necessário perceber a pedagogia social como um conhecimento pedagógico da inadaptação social que vela uma instrução para a democracia, onde envolve um conjugado de sujeitos como a escola, a família, a igreja, o estado, as associações comunitárias, a mídia, entre outras, como parte da realidade social do sujeito.

No Brasil, a Pedagogia Social desenvolveu-se articulada à educação não formal, entendida como um conjunto de processos educativos organizados fora do sistema escolar formal, com objetivos formativos específicos. Para Gadotti (2005), a educação não formal diferencia-se da educação formal por sua menor rigidez burocrática e hierárquica, não exigindo necessariamente certificação ou organização sequencial como ocorre na escola. Seus espaços de atuação são diversos, incluindo igrejas, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs) e associações comunitárias. Nesse contexto, é fundamental mencionar a influência de Paulo Freire, especialmente em obras como Pedagogia do Oprimido (2005), que propõe uma educação popular emancipatória, orientada pela autonomia, criticidade e transformação social.

Dessa forma, a Pedagogia Social volta-se especialmente à inclusão de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, como aqueles expostos a negligência, abandono, trabalho infantil e outras formas de exclusão. Seu objetivo central é promover o protagonismo dos indivíduos e contribuir para a superação das desigualdades presentes no cotidiano social. Nesse cenário, destaca-se a política pública de Assistência Social, particularmente no âmbito da Proteção Social Básica (PSB), que tem no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) um de seus principais instrumentos de atuação. O CRAS constitui-se como espaço de prevenção de riscos sociais e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio da oferta de serviços e benefícios destinados às famílias em situação de vulnerabilidade.

O PEDAGOGO NO CRAS

Libâneo (2005) propõe que o conceito de educação no passar dos tempos sofreu alterações, não se restringindo mais só à educação formal dentro de sala de aula, abrangendo-se então aos processos educativos que ocorrem também fora dos muros da escola, em diversos e diferentes ambientes. Para ele:

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos. (Libâneo, 2005, p. 27).

Essa ampliação do campo educativo repercute diretamente na atuação do pedagogo, cuja função, ao longo do tempo, também deixou de se limitar ao espaço escolar. O profissional passou a atuar em diferentes áreas, como empresas, hospitais e, especialmente, na Assistência Social, desenvolvendo intervenções pedagógicas voltadas à organização de processos formativos e à mediação de aprendizagens em contextos diversos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Pedagogia reforçam essa perspectiva ao estabelecer que a formação do pedagogo deve prepará-lo para atuar tanto em espaços escolares quanto não escolares, enfrentando realidades distintas e complexas. Nesse sentido, a formação desse profissional deve contemplar múltiplos campos do conhecimento histórico, filosófico, sociológico, psicológico, político, cultural, entre outros possibilitando uma aproximação prática das dinâmicas sociais com as quais poderá atuar. O documento ainda profere a respeito do perfil e das aptidões desse profissional, destacando sua atuação ética e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como sua capacidade de identificar problemas socioculturais e educacionais, assumindo postura investigativa e propositiva frente às realidades complexas

[...] atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vista a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras. (Brasil, 2005, p. 131).

Diante das demandas sociais presentes no contexto brasileiro, marcado por violações de direitos que atingem crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade, a política de Assistência Social reconhece a importância da inserção do pedagogo em sua equipe de referência. No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), esse profissional integra a equipe mínima, especialmente na Proteção Social Básica (PSB), atuando em serviços, programas, projetos e ações voltadas à garantia de direitos e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, regulamenta a inserção do pedagogo como trabalhador do SUAS, reconhecendo sua contribuição na organização e execução dos serviços socioassistenciais. Contudo, apesar do respaldo legal, ainda persistem desafios relacionados à valorização profissional e ao reconhecimento efetivo de sua atuação nesses espaços.

Nessa perspectiva, a atuação desse pedagogo deve ser qualificada para promover ao usuário o desenvolvimento de potencialidades, aquisições cognitivas, educativas, sociabilidade, o direito de exercer a cidadania, a efetivação do fortalecimento de vínculos e o seu sentimento de pertencimento e o reconhecimento da sua identidade, dialogando com a concepção freireana de educação, que enfatiza a formação crítica e emancipatória dos sujeitos.

Uma das tarefas mais importantes da prática crítica é propiciar as condições em que os educandos, em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professoras, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. [...] A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (Freire, 2002, p. 41).

Assim, o trabalho do pedagogo no CRAS, volta-se à mediação de processos educativos que consideram as vulnerabilidades sociais, as especificidades do território e as demandas do ciclo de vida dos usuários, contribuindo para a superação de conflitos sociais e para o fortalecimento dos serviços de convivência e proteção social.

AÇÕES E PRÁTICAS DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Considerando a Resolução Nº 17 de 2011, que traz o pedagogo como categoria de nível superior necessária dentro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o mesmo pode atuar em equipe operativa da proteção social básica ou, em especial, nos serviços de assessoramento, defesa e garantia de direitos socioassistenciais, projetos, benefícios, programas e em gestão. O pedagogo no CRAS opera atendendo grupos de crianças, adolescentes, grupo de família e

idosos em situações de vulnerabilidades sociais, isolamento, negligência, entre outras situações prioritárias, proporcionando ajuda necessária à superação dessas dificuldades, através de dinâmicas de intervenção nos grupos visando à efetivação dos direitos sociais e o empoderamento dos vínculos afetivos dessas pessoas diante das perdas e suas fragilidades.

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso à demanda política pública; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (CNAS, 2004, p. 18-19).

Esses atendimentos visam à finalidade de estruturar e organizar melhor os SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), tratando as necessidades dos direitos dos usuários e a inclusão do mesmo na sociedade. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são um serviço constituído em grupos, com objetivo principal de prevenir situações de risco social, desenvolver sentimentos de pertença, ampliar trocas culturais e de conhecimentos, fortalecendo, assim, os vínculos e estimulando a socialização comunitária.

Outras funções atribuídas ao pedagogo dentro dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são a busca ativa, acompanhamento do rendimento escolar, construção juntamente com os orientadores sociais nos planejamentos realizados dentro dos serviços de convivência, visitas às famílias, acompanhamento da frequência dos usuários nos serviços, reuniões em famílias, atividades grupais, elaboração de material didático e gráfico, palestra para divulgação dos serviços, promover capacitação continuada para os orientadores sociais dentre outras atividades em que a equipe precise de sua intervenção.

Segundo Gandin (2004, p. 41), na procura de transformações da “realidade existente para a realidade desejada”, há uma lógica que admite que os indivíduos construam e modifiquem o que é necessário. Nesse argumento, insere-se o pedagogo contribuindo para que a sociedade mude para melhor, mas das estratégias que o pedagogo pode tentar favorecer aos grupos público-alvo são as interações sociais, os momentos lúdicos, a escuta de participação onde o usuário possa ser protagonista, momentos esses importantes para o aprendizado dos usuários, pois nesse momento há uma troca de conhecimentos, de histórias, de valores, de diálogos, de sentimentos de valorização e de pertença.

Participar supõe modos de se expor, de ver e ser visto, de criticar e ser criticado, ser capaz de argumentar, colocando diferentes saberes e modos de produção de conhecimento. Tomados em sua igualdade, estes conhecimentos podem circular sem reafirmar hierarquias, podem ser questionados sem serem desqualificados (MDS, 2009, p. 44).

O pedagogo deve trabalhar para que essas vulnerabilidades sejam extintas do meio em que o usuário vive, tornando assim esse público igualitário no meio social em que estão inseridos, devolvendo a esses o direito de pertença e de identificação pessoal, proporcionando um olhar crítico diante das situações em que é colocado constantemente por uma classe opressora. Não é fácil desenvolver esses trabalhos dentro dos CRAS, o pedagogo precisa ter sensibilidade e se reconhecer como um profissional da Assistência Social e que seu público necessita muito mais do que aprender aquisições educativas, eles precisam se sentir pertencentes a uma sociedade com direitos e deveres.

ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CRAS EM CAMETÁ/PA

A pesquisa foi realizada no município de Cametá, localizado no estado do Pará, à margem esquerda do rio Tocantins, a aproximadamente 150 km da capital Belém. O município possui seis unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), distribuídas entre as zonas urbana e rural, a saber: CRAS Bairro Novo, CRAS Baixa Verde, CRAS Cidade Nova, CRAS Nova Cametá, CRAS São Benedito e CRAS Ribeirinho, localizado na Vila de Bom Jardim. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista com uma pedagoga atuante em uma das unidades do CRAS do município. Por questões éticas, a identidade da profissional e da unidade em que atua foram preservadas, sendo utilizados nomes fictícios.

O questionário aplicado como instrumento da pesquisa de campo foi realizado com a pedagoga Vera, atuante do CRAS Mapará no município de Cametá-PA. A entrevistada é do sexo feminino e possui nível superior, porém sem pós-graduação ou especialização na área em que atua ou em qualquer outra. O questionário é composto por 5 perguntas de caráter subjetivo, nas quais a entrevistada justifica a pergunta, fechando o ciclo de dados a serem analisados.

Pergunta 01 (Como o pedagogo atua dentro do CRAS, especificamente em Cametá?), a pedagoga Vera¹ respondeu que:

Em Cametá, o pedagogo tem uma atuação muito essencial, ele opera atendendo no Cras grupos de crianças, adolescentes, idosos, famílias em questão de vulnerabilidades sociais, que são os isolamentos, negligências, crianças com problemas na casa ou na escola, entre outros, procurando sempre identificar as questões prioritárias que são esse público com o laço familiar rompido, digamos

¹ Nome fictício.

assim. Então atuamos com a intervenção, por meio de dinâmicas, metodologias que possam superar essas dificuldades, esses grupos são do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que é focado especificamente para isso. Aqui no Cras atendemos essas crianças uma vez na semana, que é às quartas-feiras, nos dois turnos, em contraturno com a escola, para não prejudicar o ensino das crianças na escola, e assim vamos fortalecendo esses vínculos” (Pedagoga Vera, 2024).

Diante da resposta, observou-se que o papel da pedagoga no CRAS encontra-se relativamente bem delineado, com foco no atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade social, aspecto fundamental para compreender a relevância de sua atuação no âmbito da política de Assistência Social. A profissional destaca o uso de dinâmicas e metodologias no desenvolvimento das atividades socioeducativas, o que evidencia a intencionalidade pedagógica presente em sua prática.

Considerando que a atuação no CRAS exige conhecimentos específicos relacionados às políticas públicas, ao trabalho com famílias e à mediação de situações de vulnerabilidade, torna-se pertinente investigar se há suporte formativo adequado para o exercício dessa função. Nesse sentido, apresenta-se a Pergunta 02: Há formação continuada para o pedagogo atuar com as realidades específicas do CRAS? A respeito dessa questão, a entrevistada respondeu que:

Não há formação continuada. Quando ingressei aqui, tive uma dificuldade muito grande, pois é um ambiente totalmente diferente. Estar na sala de aula é um mundo diferente, é plano de aula, reunião com pais e afins, e aqui focamos muito na proteção básica. Temos que estar inseridos na realidade familiar, fazer os acompanhamentos, procurar os problemas na raiz familiar, realizar os devidos encaminhamentos para psicólogos e outros profissionais, mas para isso não tive uma capacitação, a aprendizagem foi realizada no cotidiano (Pedagoga vera, 2024).

A pedagoga menciona a ausência de formação continuada, destacando a necessidade de capacitação para lidar com novos desafios. O contraste entre a sala de aula e o trabalho no CRAS é bem enfatizado, mostrando a complexidade do trabalho em proteção básica. A ênfase na realidade familiar e na necessidade de acompanhamento indica uma compreensão profunda da dinâmica social e das necessidades das famílias atendidas. Diante dessa perspectiva, fica claro que esses profissionais são postos nessas funções sem uma capacitação adequada, consequentemente comprometendo a atuação e os serviços oferecidos aos usuários.

Ao aprofundar essa discussão, buscou-se compreender de que maneira tais desafios se manifestam concretamente no cotidiano profissional da pedagoga. Quando questionada sobre as dificuldades e obstáculos mais recorrentes em sua atuação no CRAS, a profissional destacou que:

As dificuldades que encontramos são mais com relação a suporte, porque projetos, planejamentos nós temos muitos, bastante mesmo, porém nós não temos suporte necessário para suprir tudo isso, nós conseguimos manter como a gente pode.

Atualmente, o grupo de mulheres do centro de convivência não está funcionando, porque não é só trazer essas mulheres para ouvir palestras, pois elas querem algo atrativo para elas. A mesma coisa com o grupo de crianças: para trazer as mesmas, tem que ter um lanche, uma atividade lúdica, um brinde. Para realizar, por exemplo, um passeio externo, temos que ter suporte para lanche, espaço, brinquedos. Então, aqui no Cras, quando queremos fazer algo acontecer, temos que tirar recursos do nosso próprio bolso (Pedagoga Vera, 2024).

Na resposta acima, a pedagoga identifica a falta de suporte como o principal desafio. Apesar de haver muitos projetos e planejamentos, ela destaca que não basta apenas realizar atividades; é preciso que elas sejam atraentes e relevantes para os participantes, como lanches e atividades lúdicas. A menção de que os profissionais muitas vezes precisam usar recursos próprios para realizar atividades ilustra a precariedade do suporte financeiro e logístico.

A partir desse cenário, torna-se relevante compreender como, mesmo diante das limitações estruturais e da insuficiência de suporte, a prática pedagógica se organiza no cotidiano do CRAS. Quando questionada sobre os tipos de atividades desenvolvidas para apoiar as famílias e as crianças, a pedagoga relatou que:

Costumamos trabalhar as campanhas, todos os meses temos uma campanha que trabalhamos o mês todo com as crianças, trabalhamos também muito as datas comemorativas por meio de oficinas de teatro, artesanato, mas como disse, muitos planejamentos que fazemos não são colocados em prática pela falta de recurso. (Pedagoga Vera, 2024).

Mediante a resposta obtida, percebemos a menção de campanhas mensais, oficinas de teatro e artesanato, isso mostra um compromisso com o desenvolvimento dos usuários. O trabalho com datas comemorativas sugere um esforço para integrar aprendizado e cultura, destacando as dificuldades em colocar os planejamentos em prática devido à falta de recursos como um ponto central, uma questão comum em muitos projetos sociais.

Contudo, para além das ações desenvolvidas e dos desafios estruturais enfrentados, a pedagoga foi questionada sobre o maior aprendizado adquirido em sua atuação no CRAS.

Nós nunca vemos tudo, então são situações que a gente acaba se sensibilizando, tem famílias que visitamos e nos deparamos com uma realidade totalmente diferente da nossa, tem coisas que a gente pensa que nunca vai ver na nossa vida, mas quando a gente chega lá, acontece e nos questionamos sobre aquilo sem querer acreditar. Então, o meu maior aprendizado trabalhando no Cras é muito na minha vida pessoal, na minha vida fora do meu ambiente de trabalho, porque quando atuamos como profissional, temos que ser profissionais e, se acontecer uma situação, por mais que vá te sensibilizar, você tem que realizar os encaminhamentos necessários. Às vezes, a gente é muito humano e não nos cabe segurar situações que temos que encaminhar. Com o passar do tempo, vamos aprendendo a lidar com certas situações ou problemas e superá-los (Pedagoga Vera, 2024).

A pedagoga fala sobre a surpresa e a sensibilização ao encontrar realidades diferentes, o que ressalta a importância da empatia no trabalho social, menciona a dificuldade de equilibrar o papel de profissional e a resposta emocional às situações, um dilema comum em trabalhos de assistência. O foco no aprendizado na vida pessoal sugere que as experiências no CRAS impactam não apenas o trabalho, mas também a visão de mundo do profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados dessa pesquisa evidenciam a relevância da atuação do pedagogo no CRAS de Cametá-PA, ao mesmo tempo em que revelam limites estruturais, formativos e institucionais que impactam diretamente a efetividade das ações socioeducativas desenvolvidas junto às crianças, mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade social. A análise do questionário aplicado à pedagoga atuante no CRAS Mapará² permite compreender como a pedagogia social se materializa no cotidiano da Proteção Social Básica e quais desafios persistem nesse contexto. Observa-se que a atuação do pedagogo no CRAS está alinhada aos pressupostos da pedagogia social discutidos por Caliman (2014) e Machado (2008), ao priorizar intervenções voltadas à inclusão social, ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e à prevenção de situações de risco social. A entrevista destaca o atendimento sistemático a grupos de crianças, adolescentes, idosos e famílias, sobretudo as com vínculos fragilizados, por meio de dinâmicas e metodologias socioeducativas no âmbito do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. A prática confirma a concepção de que a pedagogia extrapola o espaço escolar, configurando-se como uma ação educativa social e comunitária, conforme defendido por Caliman (2014). Nesse sentido, os resultados reforçam a ideia de Gadotti (2005) de que a educação não formal, características das ações desenvolvidas no CRAS, possui uma flexibilidade metodológica que está diretamente vinculada às necessidades reais dos sujeitos. Os resultados apontam a ausência de formação continuada específica para o pedagogo que atua no CRAS. A entrevistada relata dificuldades iniciais ao ingressar na assistência social, destacando o distanciamento entre a formação tradicional do curso de pedagogia e as demandas concretas da Proteção Social Básica. Esse dado dialoga criticamente com Machado (2008), ao evidenciar que, embora a pedagogia social tenha avançado conceitualmente, ainda há lacunas na formação profissional para atuação em contextos de vulnerabilidade social. Outro aspecto relevante diz respeito à precariedade de recursos materiais e financeiros para execução das atividades planejadas. A necessidade de utilização de recursos próprios para viabilizar ações

² Nome Fictício

básicas como lanches e materiais lúdicos revela uma contradição estrutural do sistema socioassistencial. Essa realidade vai de encontro ao princípio de garantia de direitos defendido por Paulo Freire (2005), uma vez que a ausência de suporte institucional limita o potencial emancipatório das práticas pedagógicas e reforça desigualdades já existentes.

Referindo-se às aprendizagens construídas pela pedagoga a partir de sua atuação no CRAS, os resultados apontam o desenvolvimento de uma postura ética, sensível e empática diante das realidades vivenciadas pelas famílias atendidas. Esse aspecto dialoga com a pedagogia Freiriana no que diz respeito à compreensão do educador como sujeito histórico, social e humano, que aprende na relação com o outro (Freire, 2005), revelando que o trabalho no CRAS ultrapassa a dimensão técnica, impactando profundamente a formação humana e pessoal do profissional, ao mesmo tempo em que exige equilíbrio entre sensibilidade e responsabilidade ética nos encaminhamentos realizados. Assim, os resultados apontam que o pedagogo no CRAS exerce um papel estratégico no desenvolvimento social de crianças e famílias, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, a construção da cidadania e o reconhecimento dos sujeitos como protagonistas de sua história. Também evidenciam a necessidade de investimentos em formação continuada, melhores condições de trabalho e maior valorização institucional desse profissional. Conforme defendem Caliman (2014), Gadotti (2005) e Freire (2005), somente uma prática pedagógica crítica, contextualizada e devidamente apoiada pode cumprir sua função social emancipatória no âmbito da Assistência Social.

CONCLUSÃO

A pesquisa evidencia que o pedagogo exerce papel fundamental no contexto da Assistência Social, especialmente no âmbito do CRAS, atuando na mediação de práticas socioeducativas e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Sua atuação contribui diretamente para a promoção da cidadania, a garantia de direitos e o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Constatou-se que, apesar do reconhecimento legal da presença do pedagogo no SUAS, ainda existem limitações relacionadas à formação continuada e ao suporte institucional, o que compromete a efetividade das ações desenvolvidas. A ausência de capacitação específica e a precarização das condições de trabalho configuram-se como desafios recorrentes na realidade investigada.

O estudo demonstra que a atuação pedagógica em espaços não formais amplia o campo de intervenção da Pedagogia e reforça sua relevância social para além do contexto escolar. Nesse sentido, o pedagogo apresenta-se como um agente essencial na construção de práticas socioeducativas emancipadoras.

Conclui-se que a valorização profissional e o investimento em formação continuada são indispensáveis para o fortalecimento da atuação do pedagogo na Assistência Social, de modo a garantir intervenções mais qualificadas e efetivas no enfrentamento das desigualdades sociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Conselho Nacional da Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional da Assistência Social. **Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011**. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, E. M. **A pedagogia social: diálogos e fronteiras com a educação não formal e a educação sociocomunitária**. Disponível em: http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Dissertacao_-Wilson-Montevechi_2005.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.